



Boletim do WRM

Movimento Mundial pelas Florestas

Nro. 226 – Setembro / Outubro 2016

[Assine o Boletim do WRM](#)

Povos da “América Média” lutando por seus territórios e contra todas as formas de opressão



NOSSA OPINIÃO

- **“América Média”:** povos resistindo contra um passado colonial que perdura, com imposição e violência p. 3

POVOS DA “AMÉRICA MÉDIA” LUTANDO POR SEUS TERRITÓRIOS E CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO

- **Modelo extrativista:** o saque dos territórios e acriminalização dos protestos na América Central p. 5
- **A expansão das plantações de dendezeiros** como política de Estado na América Central p. 9
- **Madre Vieja:** o rio que chegou ao mar p. 13
- **Neocolonialismo e plantações** na costa garífuna da América Central p. 16
- **O Modelo de Mineração Extrativista:** ameaça potencial à diversidade biológica na Meso-América p. 19



- **A defesa do território corpo-terra: uma alternativa para os movimentos sociais em resistência (1)** p. 21
- **Semuc Champey, Guatemala: onde o rio se esconde** p. 25

ARMADILHAS E ENGANOS QUE PROMOVEM A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

- **REDD+ na América Central: é melhor pedir desculpas do que pedir licença** p. 29

ALERTAS DE AÇÃO

- **Tentativas de assassinato contra o Coordenador Geral e um líder comunitário de COPINH** p. 35
- **Panamá: a luta histórica contra a represa de Barro Blanco** p. 35
- **Sustente o jornalismo independente! A Economia Verde e seus impactos sobre povos e territórios** p. 35
- **¡Uruguai livre de megamineração!** p. 36

RECOMENDADOS

- **Não ao REDD+ em El Salvador!** p. 37
- **As plantações de dendezeiros prejudicam gravemente gravemente comunidades e territórios na América Central** p. 37
- **El Salvador abre a porta para as transnacionais** p. 38



NOSSA OPINIÃO



“América Média”: povos resistindo contra um passado colonial que perdura, com imposição e violência

Quando pensamos nos países que vão do sul do México ao Panamá, estamos acostumados a falar da América Central. Isto é, em nosso imaginário, usaríamos esse nome para situar o território que se encontra entre a região Sul e a região Norte do continente americano. No entanto, as histórias, culturas, economias e políticas dessa região contam uma história diferente e nos obrigam a refletir para além de seus limites e definições.

Administrativamente, a América Central inclui sete países – Guatemala, Belize, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá –, mas alguns historiadores ainda definem a região segundo os limites estabelecidos por um dos vice-reinados da colônia espanhola, ou seja, os atuais Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica.

Além disso, a antropologia definiu como Mesoamérica os territórios que vão desde a metade sul do México, os territórios de Guatemala, Belize e El Salvador, assim como o oeste de Honduras, Nicarágua e Costa Rica, onde se estabeleceram os grupos das regiões pré-colombianas do México e do Caribe – como os povos maias, lencas, pipiles, kunas, chorotegas, nasos, bribris, entre outros – e que habitam estas terras há milênios. Este uso de Mesoamérica não pode ser confundido com o uso por organizações internacionais do mesmo nome e que pretendia uma “integração” econômica destinada a expandir o comércio neoliberal nesses territórios.

Mas a história oficial, antropológica e colonial não considera as várias outras histórias que os povos, as culturas e as geografias nos contam. Aquelas que têm a ver com os intercâmbios culturais e políticos, as lutas de resistência, as percepções e as formações de lugares sagrados, de territórios, e que dão um sentimento de pertencimento a essa “América Média”, no sentido amplo da palavra, do sul do México ao Panamá.



Essa “América Média”, então, é um território definido e redefinido ao longo dos anos por seus povos e culturas. Nesse tempo, no entanto, e principalmente desde a época da colonização, seu papel tem sido de área de disputa territorial entre as grandes potências europeias – às quais os Estados Unidos se juntaram no final do século XIX, com o objetivo de explorar e controlar seus “recursos naturais”. Sua localização é estratégica, pois permite cortar caminho na comunicação entre os oceanos Atlântico e Pacífico por via marítima. Além disso, é uma zona de altíssima biodiversidade em termos de florestas e mangues, solos férteis, ricas reservas de água doce, bem como enormes reservas de petróleo e minerais.

Durante pouco mais de um século, esses territórios têm sido modulados por movimentos de libertação e emancipação social, seguidos por ditaduras militares sangrentas. A violência política e a perseguição social intensas que perduram até hoje não impediram que as lutas de resistência continuassem se multiplicando em todos os cantos. No entanto, hoje em dia, com os movimentos e organizações de base voltados principalmente para a defesa dos territórios e contra a imposição de um modelo extrativista destrutivo, os níveis de violação dos direitos humanos e coletivos dos povos são alarmantes.

Este boletim tem como objetivo apoiar e honrar esses povos diversos e suas lutas de resistência. Portanto, é dedicado a refletir sobre essa “América Média”, ou seja, os territórios definidos por seus povos, histórias e lutas, que vão desde o sul do México até o Panamá. De mãos dadas com organizações aliadas nesses territórios, o WRM tem procurado destacar as imposições e as lutas que, há muitos anos, os povos vêm travando em defesa de suas florestas, terras e culturas.

O impulso para expandir as plantações de monoculturas, as concessões de mineração e petróleo, os projetos de “conservação” do tipo REDD+, as hidrelétricas, os projetos de infraestrutura, entre outros, tem sido acompanhado por uma repressão violenta – com impunidade quase total – às pessoas cada vez mais numerosas que resistem a esse modelo econômico a serviço do grande capital. Nas palavras de Berta Cáceres, líder indígena assassinada em Honduras, cujo legado transcendeu os territórios da “América Média”, “a Mãe Terra, militarizada, cercada, envenenada, onde os direitos básicos são sistematicamente violados, exige a nossa ação. Vamos construir sociedades capazes de coexistir de uma forma justa, digna e em nome da vida. Vamos nos unir e continuar, com esperança, defendendo e cuidando do sangue da terra e seus espíritos”.

Esperamos que este boletim ajude a dar visibilidade a essas lutas e, assim, a compreender melhor os diversos processos que pretendem se impor nesses territórios.



POVOS DA “AMÉRICA MÉDIA” LUTANDO POR SEU TERRITÓRIOS E CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO



Modelo extrativista: o saque dos territórios e a criminalização dos protestos na América Central

Uma guerra declarada contra o direito dos povos a decidir e viver

Seis meses atrás, em março de 2016, a notícia se espalhou como um relâmpago, e o mundo estremeceu: balas assassinas haviam acabado com a vida da líder indígena lenca e defensora dos direitos humanos Berta Cáceres, que pouco antes recebera o prestigiado Prêmio Ambiental Goldman 2015. Juntamente com o Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (Copinh), da qual era coordenadora, a ativista travava uma luta incansável contra a implementação e o aprofundamento da indústria extrativa em Honduras, principalmente contra a proliferação de projetos de hidrelétricas e mineração e a expansão das monoculturas de agroexportação.

Em uma entrevista que fez para uma revista alemã, cerca de sete meses antes de seu assassinato, Berta alertava que, tanto em Honduras quanto em toda a América Central, os povos originários estavam enfrentando um “projeto hegemônico impulsionado pelo grande capital nacional e transnacional”, que tem seus interesses nos setores de energia, mineração e agronegócio. “Os promotores dessa estratégia impuseram um modelo profundamente neoliberal, baseado na invasão e na militarização de territórios, e no saque e na privatização dos recursos. Eles avançam na transnacionalização das nossas terras, no marco de um projeto mais amplo de dominação regional”, dizia ela (1).

Com dados nas mãos, a líder indígena hondurenha mostrava como, após o golpe de Estado de 2009, haviam sido aprovados cerca de 300 projetos hidrelétricos e pelo menos 870 projetos de mineração, enquanto se abria caminho para a implementação das Zonas de Emprego e Desenvolvimento Econômico (ZEDE) ou “cidades-modelo” (2), e milhares de quilômetros quadrados de plataforma continental eram entregues ao British Gas Group para exploração de petróleo. Megaprojetos turísticos também foram



impulsionados e se fomentou a expansão descontrolada de grandes monoculturas, principalmente de cana-de-açúcar e dendê. Hoje, organizações sociais e populares de Honduras garantem que 35% do país já estão sob concessões dadas a empresas nacionais e transnacionais, e denunciam que em nenhum momento se respeitou o direito dos povos à consulta livre, prévia e informada, como previsto pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.

“Honduras é um país totalmente militarizado e afundado pela corrupção institucionalizada. O que resta das suas instituições serve apenas para garantir os interesses dos grupos oligárquicos nacionais e dos grandes grupos transnacionais, ou seja, dos setores que orquestraram o golpe em 2009”, afirmava Cáceres durante a entrevista. Estados cúmplices não só implementam e aprofundam o modelo neoliberal colocando à venda florestas, rios, vales e territórios, mas também são responsáveis por criminalizar, perseguir e até assassinar aqueles que se opõem ao projeto explorador. A aprovação de leis que limitam o direito de reunião e de mobilização e endurecem as políticas de controle social em quase todas as nações da América Central é prova disso.

“Eu não tenho a menor dúvida de que se trata de uma política de Estado que criminaliza e penaliza as pessoas comprometidas com esta luta e com a vida. Nós, os povos indígenas, negros, camponeses, que vivemos a repressão na carne, sabemos que há toda uma estrutura organizada, planejada e financiada para perseguir, reprimir e matar lutadores e lutadoras da causa ambiental”, denunciava Cáceres alguns meses antes de seu assassinato.

A denúncia permanente e a luta determinada contra o modelo extrativista e contra o projeto hidrelétrico Agua Zarca, promovido pela empresa de capital nacional Desarrollos Energéticos S. A. (DESA), com verbas de bancos europeus e organismos multilaterais, custou a vida dela e as de quatro outros membros do Copinh. Em julho passado, a ativista defensora dos bens comuns da natureza Lesbia Yaneth Urquíu, próxima ao Copinh, também foi brutalmente assassinada. Um rastro de sangue e morte se espalha por toda a região centro-americana.

A América Central na mira

Um estudo recente do Instituto Centro-Americano de Estudos Fiscais (ICEFI) observou que, na Guatemala, havia 107 concessões de mineração de metais já aprovadas e 359 novas solicitações (3). Se somarmos a isso os projetos não metálicos, tais como extração de quartzo, mármore, areia e cascalho, gesso, entre outros, o total chega à imensa quantidade de 973 projetos. Os movimentos sociais e populares guatemaltecos alertavam para o fato de que, em 2014, a área total sob concessão a empresas de mineração superava os 32 mil km², ou seja, quase 30% do território do país. A isso se deve acrescentar a enorme quantidade de território concedido a outros tipos de megaprojetos e à expansão das monoculturas de agroexportação.

A situação na Nicarágua é semelhante. No relatório “O estado atual do setor de mineração e seus impactos socioambientais na Nicarágua 2012-2013” (4), a organização ambientalista Centro Humboldt revelou que a área total sob concessão era de quase 18 mil km², ou seja, 13,5% do território nacional, com um total de 446 projetos de mineração. Essa percentagem tem sido aumentada pelo possível desenvolvimento do Grande Canal Interoceânico na Nicarágua, de 278 Km de comprimento – 105 dos quais



sob as águas do Lago Cocibolca –, entre 230 e 520 metros de largura e 30 metros de profundidade, que é três vezes o Canal do Panamá, e por outros projetos de hidrelétricas e de mineração, bem como pela expansão das monoculturas de cana-de-açúcar e dendê no oeste e no sudeste do país. Embora a Costa Rica seja conhecida, dentro e fora das suas fronteiras, como “o país mais verde e mais feliz do mundo”, os conflitos ambientais e de terras deixaram um saldo de terror e morte. Em seu artigo “*De Jairo Mora y el terrorismo en Costa Rica*”, Mauricio Álvarez, presidente da Federação Costarriquenha de Conservação Ambiental (Fecon), observa que vários defensores do meio ambiente foram mortos nas últimas décadas (5). “Neste pequeno país, o Estado cometeu terrorismo repetidamente. A difusão do medo e o uso da repressão por meio da força terminaram no assassinato de pessoas. Essa realidade clara e concreta não tem nada a ver com a imagem idílica dos postais turísticos. Dizer isso não é confortável, e é até perigoso”, ele adverte.

Em seu outro artigo “*Berta Cáceres y 50 asesinatos más*”, o professor e ecologista costarriquenho pergunta se, por acaso, pode ser “limpa” uma energia como a hidrelétrica, cuja geração tem como “efeito colateral” a criminalização, a perseguição e até a morte de ativistas e defensores do meio ambiente, e a repressão contra povos originários e comunidades camponesas em toda a América Central (6). De acordo com sua pesquisa, 17 ativistas guatemaltecos e 15 hondurenhos foram assassinados nos últimos anos, todos comprometidos com a luta contra a exploração hidrelétrica e a privatização da energia. Outros assassinatos ocorreram em El Salvador e no Panamá, em função da exploração da mineração e da energia hidrelétrica.

“Não é coincidência que os atores sociais mais afetados por essas formas de terrorismo sejam ecologistas, agricultores e indígenas. O problema é estrutural. Os conflitos de terra, seja para obtê-las ou para defendê-las, e os conflitos ambientais têm sido parte de um ciclo de violência que nos afasta de qualquer mito de paz e de respeito pelos direitos humanos”, Álvarez aprofunda em sua análise.

Um dos casos mais emblemáticos de repressão contra os setores que se organizam para combater o avanço do modelo extrativista e agroindustrial é o do Vale do Aguán, no nordeste de Honduras. De acordo com as organizações nacionais e internacionais que realizaram um monitoramento minucioso da situação dos direitos humanos nessa área entre 2010 e 2013, nada menos que 60 camponeses teriam sido mortos pelo conflito agrário gerado pela expansão da monocultura do dendê e a falta de acesso à terra para milhares de famílias camponesas (7).

“Essas mortes são apenas a “ponta do iceberg” de uma dinâmica de impunidade e terror que cerca cada uma das comunidades por trás desses nomes, as quais vivem sob violenta repressão. Foram estabelecidas práticas de estigmatização, judicialização, assédio, tortura, desaparecimentos e outros instrumentos para evitar que as comunidades fizessem valer seus direitos de acesso e decisão sobre os recursos naturais e, acima de tudo, levassem adiante sua resistência e sua oposição”, Álvarez diz com firmeza. “Esses são os custos reais da imposição das lógicas brutais da morte, sob o lema do “desenvolvimento”, aos povos indígenas e camponeses da região. Pode ser limpa a energia desses projetos, com tanto derramamento de sangue?”, é a pergunta retórica que o presidente da Fecon dirige ao leitor.



Um drama de resistência e indignação regional

Sendo assim, é um modelo que saqueia a natureza, encurrala e expulsa populações e povos inteiros de suas terras, que criminaliza e reprime o protesto, que assassina com total impunidade.

Segundo o relatório “Quantos mais?”, da organização Global Witness, em 2014, 116 defensores e defensoras do meio ambiente e da terra foram assassinados no mundo, em uma média de dois por semana (8). Três quartos desses assassinatos aconteceram nas Américas Central e do Sul. Em um cálculo per capita, Honduras foi o país mais perigoso para os ativistas do meio ambiente e da terra, com 101 assassinatos entre 2010 e 2014. Quarenta por cento dessas vítimas eram indígenas, e as principais causas de suas mortes foram a indústria hidrelétrica, a mineração e o agronegócio. “As disputas pela propriedade, o controle e o uso da terra foram o pano de fundo de quase todas essas mortes. Os verdadeiros artífices desses crimes geralmente são poupados das investigações, mas as informações disponíveis indicam que, por trás da violência, geralmente se escondem grandes proprietários de terras, interesses comerciais, atores políticos e agentes do crime organizado”, disse a Global Witness.

Em 2015 foi pior. O novo relatório “Em terreno perigoso” indica que o total de defensores e defensoras do meio ambiente e da terra assassinados foi de 185, 66% dos quais na América Latina (9). Mais de três pessoas foram assassinadas por semana por defender sua terra, suas florestas e seus rios das indústrias destrutivas. Essa é a cifra mais alta registrada até agora, com um aumento de quase 60% em relação a 2014.

A Global Witness adverte que, devido à concentração de terras, os povos originários e as comunidades camponesas são expulsos, e isso causa graves enfrentamentos. “O meio ambiente começa a se converter em um novo campo de batalha para os direitos humanos. Com a demanda continuada por produtos como madeira, minerais e óleo de dendê, a terra explorada por governos, empresas e grupos criminosos que desprezam as pessoas que vivem nela”, diz o último relatório.

Apesar da repressão, a resistência cresce e clama ao mundo por solidariedade. “O conflito social e político e a indignação estão crescendo, também como produto de uma capacidade renovada para o diálogo e a articulação entre setores da sociedade hondurenha e centro-americana. O que está se gerando é uma bomba-relógio. É importante que, a partir da Europa e de outras regiões do mundo, as organizações solidárias articulem essa luta e a apoiem, pressionando seus governos e as empresas individuais envolvidas nesses processos”, concluía Berta Cáceres.

Giorgio Trucchi, giorgio@rel-uita.org

Correspondente da Rel-UITA na América Central e no Caribe

(1) Revista Presente, Iniciativa Cristiana Romero, páginas 10-11, http://www.ci-romero.de/de/presente_3_2015/

(2) Mecanismo pelo qual se cede parte do país a investidores estrangeiros, que implementam atividades produtivas em áreas com alto nível de autonomia política, econômica, administrativa, judicial e de segurança.

(3) http://icefi.org/sites/default/files/la_mineria_en_guatemala_-_2da_edicion.pdf



- (4) <http://www.movimientom4.org/2014/04/estudio-estado-actual-del-sector-minero-y-sus-impactos-socio-ambientales-en-nicaragua/>
- (5) <http://informa-tico.com/7-06-2016/jairo-mora-terrorismo-costa-rica>
- (6) http://www.feconcr.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2565&Itemid=73
- (7) http://www6.rel-uita.org/agricultura/palma_africana/index.htm
- (8) https://www.globalwitness.org/documents/17895/Cuantos_mas_informe_mFxfhXD1.pdf
- (9) https://www.globalwitness.org/documents/18483/En_Terreno_Peligroso.pdf



A expansão das plantações de dendezeiros como política de Estado na América Central

Aspectos históricos, ambientais, trabalhistas e econômicos estão presentes no fenômeno da expansão das plantações de monoculturas de dendê na América Central. Estratégias de produção terceirizada, isenções fiscais, apoio a acordos de livre comércio, concentração de subsídios estatais e estratégias de responsabilidade corporativa são comuns nas empresas de dendê. Há até coincidência entre programas experimentais e planos-piloto, como foi o caso dos anos 50 e 60, no Vale do Aguán, em Honduras, e do Oceano Pacífico, na Costa Rica.

Na América Central, as áreas de dendezeiros registradas oficialmente ultrapassam os 370.000 hectares, e esse número está aumentando devido a uma expansão agressiva, fruto da demanda por óleo de dendê no mundo: 51% do óleo vegetal consumido no mundo são provenientes do dendê. As exportações da América Central, especificamente, são destinadas ao México, aos Estados Unidos e à União Europeia (1).

O óleo de dendê talvez seja uma das indústrias de mais rápido crescimento, ao mesmo tempo em que é integrada regionalmente como agronegócio. Mas talvez seja o cultivo menos estudado em seus impactos sociais e ambientais, ainda imensuráveis.

Na **Guatemala**, existem 130.000 hectares de plantações de dendezeiros. Nos departamentos onde existem monoculturas, há relatos de deslocamento de comunidades



e povos indígenas (2). É o caso do Sul de Petén, Izabal, Alta Verapaz, Quiché, Q'eqchi, Escuintla, Suchitepéquez, Quetzaltenango, San Marcos e Retalhuleu – em sua maioria, comunidades rurais e de pesca. Cerca de 4% da área total de terras agrícolas são ocupados por essa monocultura.

Em **Honduras**, a monocultura do dendê é uma das mais importantes causas de desmatamento e perda de territórios por parte das comunidades garífunas e misquitas. Honduras tem um agronegócio agressivo, ligado a poderes políticos, militares e do narcotráfico. Oficialmente, são 165.000 hectares, mas esse número é pouco documentado e está se expandindo graças a políticas e incentivos governamentais.

A concentração aparente em Honduras não é tão acentuada, pois a produção de dendê não é uma atividade exclusiva de grandes produtores e empresas transnacionais: 16 mil dos 18 mil produtores são pequenos (50 dos 165 mil hectares). Observe-se que o número de hectares registrados com o cultivo de dendê no país é informado pelas próprias empresas, de forma que é considerado subestimado. Principalmente depois do Golpe de Estado de 2009, quando a expansão do dendê, a militarização e a violência contra os camponeses vêm se consolidando de forma mais agressiva. Essa situação ficou especialmente clara no Vale do Aguán, em função do grande número de assassinatos e desaparecimentos dentro das plantações. No centro dessa controvérsia relacionada aos crimes está a DINANT, empresa de propriedade da família Facussé e maior produtora de óleo de dendê do país (3).

Por sua vez, o censo agrícola de 2014 da **Costa Rica** relata 66.419,7 hectares semeados com dendezeiros, distribuídos em 2.169 fazendas, e 67% dessa área estão em apenas 8,6% das propriedades. Essa produção está ligada principalmente à indústria de alimentos e cosméticos, embora o governo tenha feito tentativas para incentivar a produção de óleo de dendê para biodiesel. Segundo dados da Câmara Nacional de Produtores de Palma (CANAPALMA), 50% da área plantada com dendê na Costa Rica são de propriedade de 3% dos produtores.

A introdução do óleo de dendê de forma intensiva na Costa Rica aconteceu na década de 1980, embora haja relatos de experimentação desde os anos 50. O esgotamento dos solos e a contaminação com metais pesados causada pelo uso excessivo de fungicidas à base de sulfato de cobre em plantações de banana fez com que milhares de hectares de terras se tornassem tóxicos para as musáceas (família das bananas) e outros cultivos intolerantes à presença desses elementos no solo.

Isso causou um declínio na produção de banana na região. Portanto, a United Fruit Company (principal operação transacional agroexportadora da época) migrou suas plantações e infraestruturas relacionadas à indústria da banana para o plantio de dendê, de forma agressiva, desde o Pacífico Sul até o Caribe. Essa mudança foi gerada não apenas porque o Caribe oferecia melhores condições de umidade, que beneficiam o cultivo de dendê, mas também porque esse cultivo tolera altos teores de metais pesados no solo, como o cobre.

Em 1973, a United Fruit Company tinha cerca de 11.000 trabalhadores contratados na indústria bananeira da Zona Sul. Após a migração para o dendê, ela empregava 4.000 trabalhadores agrícolas no final dos anos 80. Enquanto as plantações de banana empregavam, em média, um trabalhador por hectare, esse mesmo trabalhador dá conta



de dez hectares de dendê. Isso pode explicar o desemprego gerado desde a década de 80 em grande parte do Pacífico Sul costarricense, como resultado dessa mudança produtiva.

Para alguns autores, a transacional United Fruit Company/United Brands proporcionou aos pequenos produtores locais uma alternativa produtiva, crédito e tecnologia de ponta. No entanto, ela também controlava a entrada aos segmentos mais rentáveis da cadeia de produção do óleo, através de material genético, industrialização, transporte e comercialização. O estado teve um papel central na configuração das relações de poder por meio de sua participação na construção de infraestrutura de processamento do óleo, deixando nas mãos da transacional a parte mais lucrativa do negócio (comercialização), que depois assumiria o nome de Chiquita Brands.

É no fomento ao setor cooperativo que as instituições do Estado têm maior influência quando se fala de dendê na Costa Rica. Com um primeiro empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de 31 milhões de dólares, outro da instituição financeira para o desenvolvimento do governo do Reino Unido (CDC, na sigla em inglês), de 13 milhões de dólares, e uma contribuição de 4 milhões por parte do Estado, inicia-se a operação de uma Unidade Executora do Projeto de Desenvolvimento Agroindustrial de Coto Sur. Essa unidade incentiva não só o plantio de dendê por pequenos e médios produtores, mas também a construção de uma planta de processamento para extrair óleo.

Atualmente, a Cooperativa de Pequenos Produtores de Palma (COOPEAGROPAL) deve mais de 1,5 bilhão de *colones* (aproximadamente 2,72 milhões de dólares) ao governo da Costa Rica, em função de um empréstimo do Banco Nacional, contraído para instalar uma planta de extração de óleo. Isso é excepcional, pois a Costa Rica optou pelo desfinanciamento da pequena agricultura para apostar no investimento agroindustrial público-privado. Assim se começa uma indústria marcada por desigualdades e interesses econômicos muito fortes.

A Palma Tica S.A. controla o processamento e a comercialização de 80% do óleo cru e se estima que a empresa tenha 40% do número total de hectares semeados com dendê no país, ou cerca de 24.800 hectares. A isso se devem somar em torno de 19.200 hectares que pertencem a produtores independentes financiados por crédito hipotecário da Palma Tica, que reivindica a totalidade da produção por 14 anos como parte do pagamento. Por outro lado, a COOPEAGROPAL maneja os restantes 31% da área plantada e vende cerca de 20% da produção.

A Palma Tica S.A. é uma das quatro maiores empresas do Grupo Numar, transnacional que opera na América Central e no Panamá, especializando-se na produção, na distribuição e na comercialização de alimentos processados. Em 1995, a transacional Chiquita Brands vendeu o Grupo Numar por 100 milhões de dólares, a oito empresas da Costa Rica, uma do Panamá e outra de Belize. Posteriormente, em 2013, a Chiquita Brands comprou essa empresa novamente.

Através de sua subsidiária Agricultural Services and Development (ASD), o Grupo Numar controla toda a oferta de germoplasma, tanto para produtores independentes quanto para a Palma Tica S.A. e a COOPEAGROPAL. De acordo com a mesma empresa, a ASD exportou mais de 300 milhões de sementes a praticamente todos os



países produtores de dendê no mundo. Na América Latina, cerca de 65% da área plantada com a monocultura do dendê foram desenvolvidos com variedades da ASD. No mundo, as plantações comerciais que usaram suas variedades representam mais de 11% da área total plantada, demonstrando a influência regional e global da transnacional na expansão dessa monocultura.

Atualmente, tanto Costa Rica quanto Guatemala e Honduras têm políticas de “biocombustíveis”, ou melhor, agroenergia, que intensificaram e estimularam a expansão do dendê. Um exemplo disso são as declarações da Federação Nacional de Palmeros de Honduras (Fenapalmah) que afirmaram que, em setembro de 2015, sete em cada dez plantas de extração de óleo estavam produzindo energia de biomassa.

A região da América Central como um todo sofre uma série de processos de suposta integração econômica e financeira: sistemas de interconexão elétrica, acordos regionais de livre comércio, políticas aduaneiras conjuntas e projetos de infraestrutura são alguns de seus eixos. Nesse sentido, a produção de óleo de dendê não pode ser vista apenas como um projeto regional, e sim como uma corrida de “integração econômica” ancorada na produção de bens para exportação. Os povos e as comunidades expulsos dos territórios ocupados por essa expansão são os mais afetados.

Os processos de expansão da monocultura em nível regional são orquestrados independentemente de fronteiras ou governos. Para compreender esse fenômeno em nível regional, é necessário vê-lo em seu conjunto e tratá-lo como um grande projeto empresarial fora das proporções nacionais de cada um dos países da América Central.

Henry Picado, agrobici@gmail.com

Red de Coordinación en Biodiversidad, <http://redbiodiversidadcr.codigosur.net/>

(1) Mapa “Monocultivo de Palma Aceitera en América Latina”, Otros Mundos AC, GeoComunes <http://wrm.org.uy/es/files/2016/10/Mapa-Palma-Otros-Mundos-y-Geocomunes.jpeg>

(2) Guatemala: la palma africana promueve un nuevo desplazamiento de comunidades rurales – <http://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/seccion2/guatemala-la-palma-africana-promueve-un-nuevo-desplazamiento-de-comunidades-rurales/>

Guatemala: Isla Chicales – tierras estatales deben ser manejadas por las comunidades – <http://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/seccion1/guatemala-isla-chicales-tierras-estatales-deben-ser-manejadas-por-las-comunidades/>

(3) Bajo Aguán: Grito por la Tierra – <http://wrm.org.uy/es/videos/bajo-aguan-grito-por-la-tierra/>

Honduras: mujeres en lucha por la tierra en un marco de violencia y asesinatos – <http://wrm.org.uy/es/articulos-del-boletin-wrm/seccion1/honduras-mujeres-en-lucha-por-la-tierra-en-un-marco-de-violencia-y-asesinatos/>



Madre Vieja: o rio que chegou ao mar

O dendê chegou há mais de 30 anos aos municípios costeiros de Tiquisate e Nueva Concepción, cujos limites territoriais são definidos pelo rio Madre Vieja, que nasce na parte alta das montanhas de Quiche e Chimaltenango. De acordo com testemunhos locais, junto com o dendê, outros problemas também chegaram à região. “O dendê começou a desviar o rio para as plantações”, diz seu Juan, um dos líderes de mais idade do movimento. É comum ouvir as pessoas dizerem que, há mais de 15 anos, na estação seca, o rio chegava ao mar. “O rio era um rio de areia, podíamos caminhar de um lado a outro. Nós não tínhamos pesca, o rio não chegava ao mangue”, disse o agricultor Fredy A..

Em 7 de fevereiro de 2016, reuniram-se no Salão Municipal de Nueva Concepción representantes das agroindústrias da banana, engenheiros do açúcar e do dendê, representantes de comunidades, a Igreja Católica, as autoridades – o prefeito e membros da Câmara, assim como organizações ecologistas e de direitos humanos. As comunidades denunciam o roubo de água pelas agroindústrias e exigem a retirada dos desvios para que o rio chegue à sua foz e aos manguezais. A inconformidade é direcionada ao Grupo Hame, produtor de dendê.

Meses atrás, uma de suas empresas – a REPSA – foi acusada do que até hoje é considerado o maior ecocídio na história recente da Guatemala: a poluição do rio La Pasión (1). O descontentamento das comunidades é grande, elas querem água e seu rio de volta. Um acordo encerra a reunião, e em dois dias será verificado o cumprimento do que foi acordado: que o rio chegue ao mar e os desvios sejam eliminados.

Dois dias depois, uma fila muito grande de pessoas se forma em direção às plantações de Pinar del Río, onde está um dos maiores desvios usados pelo grupo Hame, para verificar o cumprimento dos acordos. Muitos duvidam, porque o rio ainda não chegou ao mar. A Guatemala é o único país da América Central que não tem uma lei de águas, e o grupo Hame se aproveita disso, argumentando que tem direito de usufruto sobre um canal por onde passam as águas, herdado da antiga United Fruit Company.

Ao chegar à margem do rio, observam uma máquina que supostamente trabalha para reduzir o molhe, uma borda de areia de cerca de duzentos metros, que desvia a água até



o canal de Pinar del Río. Nesse momento, os representantes do Grupo Hame explicam os trabalhos, mas os líderes não acreditam neles. As empresas já fizeram muitas promessas de remover os desvios, e isso parece uma estratégia para entreter comunidades e autoridades. O prefeito toma a decisão e atravessa as águas do Madre Vieja, vai até a máquina com dezenas de pessoas da comunidade, exige do engenheiro que remova o molhe, enquanto o resto observa do outro lado da margem do rio. De repente, a máquina faz um giro, escava e levanta seu braço de metal cheio de areia, e começa a fechar parte do desvio. Pinar del Río está se fechando e se observa claramente que o nível da água do Madre Vieja sobe. Muitos aplaudem com alegria, pois finalmente o rio chegará ao mar (2). Com grande euforia, pedem para verificar outro desvio, o da fazenda La Sierra.

O desvio de La Sierra vai em direção às plantações de cana-de-açúcar e de banana. Aqui não há máquinas, não há ferramentas como pás e picaretas para cobri-lo, apenas mãos. Enquanto representantes dos engenheiros do açúcar explicam a história do desvio e por que ele foi construído, ouve-se um som, e uma mulher joga uma pedra em direção à boca do desvio onde entram as águas que vão para as plantações. Mais pessoas se somam, cai uma pedra, duas, três, centenas delas são jogadas ao rio. O que elas querem fazer parece quase impossível: bloquear a saída com pedras. Após 40 minutos, o que parecia impossível acontece. Mais uma vez, as águas do Madre Vieja são libertadas; é mais uma conquista. O desconforto dos representantes das empresas de cana é evidente, e eles se retiram.

Naquele dia, as comunidades fizeram três liberações. Os meios de comunicação, juntamente com membros de organizações ambientais como Redmanglar, Cogmanglar e Utzche, divulgaram a notícia nas redes sociais. Nos dias seguintes, as capas e as reportagens de vários veículos divulgavam a realização das pessoas: o rio Madre Vieja foi libertado de um longo sequestro.

O avanço do rio é lento, mas vai acontecendo. Em 14 de fevereiro, Alfredo A., membro da comunidade Ilha Chicales, localizada ao lado dos manguezais, onde o Madre Vieja desemboca, não cabe em si de alegria, e anuncia que o rio chegou ao mar, o rio chegou ao mangue.

Entre fevereiro e março, o movimento comunitário fez mais de 18 liberações do rio Madre Vieja. Em fevereiro, uma Comissão Técnica foi convocada para garantir o cumprimento dos acordos. Várias reuniões e monitoramentos foram feitos com técnicos de instituições governamentais, membros da prefeitura, comunidades e membros de organizações ambientais. Para as comunidades, o ponto inegociável era: enquanto o rio chegar ao mar, haverá negociação e diálogo. Depois de várias semanas, as comunidades decidem não continuar participando das mesas, pois dizem que os acordos não foram cumpridos, que não há proposta nem plano claro por parte das agroindústrias.

Em abril, a Assembleia Social e Popular convoca a grande Marcha pela Água, um movimento que reivindica o direito humano à água para as comunidades e a natureza. As marchas saíram de La Mesilla, de Tecún Umán, de Purulhá, e eles as chamaram de “as vertentes”, como as três grandes vertentes de nosso país (3). O povo do Madre Vieja se soma e logo recebe a vertente do Sul, constituída pelas mulheres da comunidade Cajolá, o Comitê de Unidade Camponesa (CUC), a Rede de Soberania Alimentar e muitas outras organizações e comunidades. Formam uma linha com faixas e cobertores,



mostrando sua palavra de ordem “rios ao mar, rios ao mangue”. A estação das chuvas começa em maio, e as comunidades sabem que o rio levará água até à foz, mas, para os líderes do Madre Vieja, a luta não acabou. Agora, sua preocupação é com o que acontecerá no próximo ano.

Carlos Salvatierra, salvatierraleal@gmail.com

Membro da SAVIA Guatemala e da COGMANGLAR (Coordenadora Guatemalteca para a Defesa dos Manguezais e da Vida)

(1) Vídeo da Amigos da Terra-Estados Unidos sobre a poluição do rio La Pasión, com base em um artigo de Saul Paau, da “Comissão para a Defesa da Vida e da Natureza de Sayaxté”: <https://www.youtube.com/watch?v=-XKXvHrL-GY>

(2) Ver reportagem fotográfica em <http://wrm.org.uy/es/otra-informacion-relevante/galeria-fotografica-madre-vieja/>

(3) “La marcha por el agua fue tremenda”, de Magalí Rey Sosa
<https://www.plazapublica.com.gt/content/la-marcha-por-el-agua-fue-tremenda-y-70-diputados-que-votaron-favor-del-desvio-de-rios>



Neocolonialismo e plantações na costa garífuna da América Central

“Na constituição desta pequena e marítima república de bananas, havia uma parte esquecida.”

Cabbages and Kings (Repolhos e Reis), O. Henry

O povo Garífuna chegou à costa da América Central há 218 anos, depois de ser expulso pelo império britânico da ilha de São Vicente, o último bastião do povo caribe que não tinha sido conquistado pelas potências europeias, ávidas por multiplicar as plantações de cana-de-açúcar em suas colônias de ultramar. Nós, os garífunas, conseguimos viver por mais de um século em um isolamento que permitiu preservar a cultura de nossos ancestrais indígenas arawak-caribe, até o surgimento das empresas de banana na América Central, no início do século XX.

O Estado de Honduras cedeu às empresas bananeiras parte dos territórios que havíamos ocupado desde 1797, em troca da construção de ferrovias e infraestrutura portuária. Isso levou ao início de um processo de desterritorialização do povo garífuna, que continua até hoje, com as plantações de banana sendo substituídas por enormes extensões de dendê.

De um bordel em Nova Orleans ao Palácio Presidencial em Tegucigalpa

Em 22 de dezembro de 1910, quatro homens seguidos pelo Serviço Secreto dos Estados Unidos, em uma aparente noite de festa, entraram em um bordel na cidade de Nova Orleans. Na época, nesse porto, era de conhecimento de todos a suposta revolta que se estava tramando contra o presidente de Honduras, Miguel Dávila, promovida pelo general Manuel Bonilla – ex-presidente do país – que tinha como parceiro de aventura a Samuel Zemurray reconhecido comerciante de bananas.

Entre o grupo de festeiros no bordel, encontravam-se o general hondurenho Manuel Bonilla, seu mentor, Zemurray, Lee Christmas, um mercenário que tinha participado anteriormente das constantes escaramuças que costumavam acontecer nas repúblicas da América Central, e Guy Molony, o “Metralhadora”, um veterano da guerra dos Bôers na África do Sul. Os agentes encarregados de vigiar as atividades dos supostos



conspiradores não viram quando eles fugiram do bordel para embarcar no *Hornet*, uma embarcação adquirida com recursos de Zemurray, que também deu a Bonilla um exército de mercenários estadunidenses a mando de Lee Christmas e abundante armamento.

Uma notícia publicada pelo jornal norte-americano *The New York Times* em 24 de dezembro de 1910 assinala a partida de *Hornet* do porto de New Orleans e seus “distintos” tripulantes, armados até os dentes. O jornal destacou como as linhas telefônicas entre Nova Orleans e o Porto de Eads – na foz do Mississippi, em Luisiana – pararam misteriosamente de funcionar, não permitindo que se impedisse o *Hornet* de subir as águas do rio e tomar o rumo do Golfo de Honduras.

De repolhos e reis

“Na constituição desta pequena e marítima república de bananas, havia uma parte esquecida”. A frase, incluído na série de histórias publicada em 1904 pelo escritor norte-americano O. Henry, deu origem à expressão “república de bananas”, com a qual se descreveram os governos servis predispostos a permitir a exploração agrícola baseada no sistema de grandes monoculturas.

Sete anos após a publicação das histórias de O. Henry, Honduras se consagrou como “modelo” de república de bananas, com Sam Zemurray sendo o pai da atual república de bananas hondurenha e artífice não só da invasão do país, mas também do sangrento golpe de 1954 contra o governo guatemalteco legítimo de Jacobo Arbenz. O presidente Arbenz tinha expropriado parte de terras ociosas da United Fruit Company, empresa da qual Zemurray havia se apoderado, em uma espécie de golpe contra os acionistas, em 1933, quando ele conseguiu passar a comandar o conselho de administração.

Um dos maiores benefícios obtidos por Zemurray foi a abolição do imposto sobre a banana, além de concessões de terra que aumentaram as que ele já tinha na bacia do rio Cuyamel. O mercenário Lee Christmas passou a ser o chefe das forças armadas do general Bonilla, tornando-se o primeiro norte-americano a ocupar esse cargo em Honduras.

Plantações de dendê irrigadas com sangue

Durante o mandato do general Manuel Bonilla, grande parte da costa norte de Honduras foi entregue à Cuyamel Fruit Company, de propriedade de Sam Zemurray. A seguir, essa empresa foi comprada pela norte-americana United Fruit Company, a qual, por sua vez, fundiu-se com a AMK para formar a United Brands Company. Em 1929, a United Brands Company importou sementes de dendezeiro de diferentes linhas genéticas para Honduras, que foram plantadas no Jardim Botânico Lancetilla, localizado na cidade de Tela. Mais tarde, em 1938, começou a primeira plantação na fazenda Birichicheen el Progreso e, em 1943, começou a plantação de San Alejo, que existe até hoje.

Durante a ditadura militar de López Arellano, no início dos anos 70, as plantações de dendê passaram a ter importância vital para a chamada reforma agrária. As cooperativas de camponeses se estabeleceram no Vale do Aguán e prosperaram até que, na contrarreforma agrária introduzida na década de 90, na administração de Rafael Callejas, muitas delas foram pressionadas a vender suas colheitas a preços irrisórios. É



nesse momento que o empresário Miguel Facussé – que era conhecido como o “palmeiro da morte” – se apropria de boa parte do Vale do Aguán.

Após o golpe de 2009, grupos de camponeses começaram um processo de recuperação das plantações usurpadas por Facussé, levando a uma guerra de baixa intensidade, com um saldo mais de uma centena de camponeses mortos nos últimos sete anos.

As “cidades-modelo” e o neocolonialismo do século XXI

Em 2011, a administração de Porfirio Lobo, surgida de eleições ilegítimas realizadas meses depois do golpe de 2009, aprovou reformas constitucionais que deram lugar às “cidades-modelo”.

As chamadas “cidades-modelo” tiveram como ideólogo o economista americano Paul Romer, que tentou implementá-las em Madagascar. No entanto, seus planos foram frustrados por um golpe de Estado em resposta à intenção de entregar mais de cem mil hectares de terra na ilha para que a empresa coreana Daewoo, subsidiária da transnacional POSCO, plantasse dendê.

Após o fiasco na Madagascar, Romer vendeu sua ideia de “cidades-modelo” ao governo de Lobo, em Honduras. Essas “cidades-modelo”, ao contrário das mais de 3.000 “zonas especiais de desenvolvimento” (ZED) existentes no planeta, têm como incentivo a terceirização da aplicação da justiça e da segurança, podendo resultar em Estados quase independentes e, portanto, inimputáveis pelas leis nacionais.

Em outubro de 2012, a Lei das Regiões Especiais para o Desenvolvimento, marco jurídico das “cidades-modelo”, foi declarada inconstitucional, dando lugar o golpe do poder legislativo ao judiciário, agravando as consequências do golpe que tinha dado em 2009. Meses depois, o Congresso Nacional reintroduziu as “cidades-modelo” sob o nome de Zonas Especiais para o Desenvolvimento (ZEDE), que foram novamente aprovadas de forma instantânea.

As “cidades-modelo” têm sido promovidas no exterior pelo circuito dos libertários de direita. Atraídas pela possível terceirização da justiça para poder implementar uma espécie de *tabula rasa* jurídica, essas cidades serviriam como incentivo à exploração de “plantações do futuro”, onde se implementariam a produção de biotecnologia, medicina, paraísos fiscais, entre outros.

Nisso tudo, o território das comunidades garífunas foi incluído como possível local para a construção de empórios de riqueza no mar de pobreza em que sobrevivemos em Honduras. Enquanto isso, o país continua sendo a república de bananas que O. Henry descreveu no início do século XX, e o modelo de plantação de monoculturas imposto por Zemmurray retorna sob a receita futurista de Paul Romer, na qual a população local nada mais é do que mão de obra descartável para benefício das corporações transnacionais e das ilhas flutuantes – cidades criadas nos oceanos, livres de governança do Estado – promovidas por Peter Thiel e seus anarcocapitalistas.

Organización Fraternal Negra Hondureña, OFRANEH

<http://www.ofraneh.org/>



O Modelo de Mineração Extrativista: ameaça potencial à diversidade biológica na Meso-América

*Movimiento M4**

Não resta dúvida de que a aplicação do modelo extrativista como opção de “desenvolvimento” por parte dos países contraria os esforços existentes em nível global e regional para reduzir os efeitos da crise climática. Com cinismo e engano, violam-se tratados e a maioria das convenções internacionais mais elementares, com as quais se pretende fazer um mínimo para frear a destruição do meio ambiente e da diversidade biológica.

Sem dúvida, o modelo extrativista de mineração **é o megaprojeto de maior impacto territorial** que, além de violar os direitos humanos e os bens da natureza, incentiva a concentração e a espoliação de terras e, por isso, é um promotor “natural” da destruição da Mãe Terra.

Em nível mundial, a Meso-América se caracteriza por possuir uma grande diversidade biológica e cultural, não só pela sua milenar história pré-colombiana, mas também devido à localização na zona equatorial, o que resulta em uma grande riqueza de recursos naturais e reserva hídrica, faz dela o lar de espécies endêmicas nativas em risco de extinção e com áreas de vida exclusivas no planeta. Destacam-se seus sistemas montanhosos como a Sierra Madre (Occidental e Oriental), no México, que percorre grande parte do país, a serra dos Cuchumatanes, na Guatemala, e as cordilheiras Vulcânica Central e Talamanca, na Costa Rica (a última também presente no Panamá). Nessas montanhas, a vida é diversificada, a natureza se expressa de forma multifacetada e os povos mesoamericanos contribuíram, com seu manejo e a domesticação de espécies nativas, ao estabelecimento de processos bioculturais históricos. E tudo isso implica biodiversidade.

A riqueza da biodiversidade na Meso-América está em risco por causa de projetos integracionistas de caráter neoliberal como o “Plano Puebla Panamá”, agora chamado de “Projeto Meso-América”, entre outros projetos de integração mercantil, que nada mais são do que planos de empresas e outros atores transnacionais que buscam a mercantilização da natureza a todo custo. O agora chamado “Projeto Mesoamérica”



buscar criar progressivamente as condições ideais para que se facilitem os processos de investimento privado nacional, estrangeiro e/ou transnacional. Não é coincidência, então, que se fale da geração de grandes projetos de infraestrutura, como estradas, ferrovias, aeroportos e portos marítimos, além de o aumento de energia ser alcançado através de subestações de megasusinas hidrelétricas ou parques eólicos. Sem esses projetos de infraestrutura, comunicação e energia, o investimento seria simplesmente congelado e as empresas não chegariam ou não poderiam operar. Ao mesmo tempo, são necessárias grandes quantidades de recursos naturais como a água, a qual, em alguns casos, como nos projetos de mineração, é um bem essencial para seu estabelecimento e seu funcionamento. Portanto, também não é por acaso que o sistema de integração energética implica homogeneizar a fiação na região, ao mesmo tempo em que cada um dos países avança na desregulamentação de suas leis e regras para fazer, posteriormente, uma nova regulamentação do setor empresarial (1).

Essas desregulamentações têm diferentes efeitos, mas basta observar os milhares de concessões de mineração associadas a projetos de energia, arbitrariamente autorizadas pelos Estados e que ameaçam e violam esse território, para ter uma amostra do que expusemos aqui.

Nesse contexto, os projetos destrutivos da mineradora canadense Goldcorp na região, como a Mina Marlin, na Guatemala, a mina San Martín, no Vale de Siria, em Honduras, ou o complexo de mineração Los Filos, em Carrizalillo, México, são um indicador fiel de como a exploração a céu aberto é a essência da devastação produzida pelo modelo extrativista. Nesses países, a mineração a céu aberto causou a contaminação dos rios como efeito do processo de lixiviação (uso de cianeto de sódio na extração de certos minerais, como ouro, prata e cobre) assim como a geração de grandes passivos ambientais decorrentes de metais pesados tóxicos, causando danos irreversíveis para a saúde das pessoas e animais, e para o meio ambiente.

No entanto, apesar de instituições financeiras, governos e corporações mineiras fazerem grandes esforços para convencer e levar a população a acreditar que a mineração extrativa é a única opção de desenvolvimento, os povos fizeram uso de seus processos pacíficos, democráticos, legais e baseados na autodeterminação para construir diferentes formas de resistência para frear a expansão da mineração e desmistificar o discurso de “progresso e desenvolvimento” que o modelo extrativista vem promovendo e impondo.

O modelo econômico predominante é voraz e mercantilista em relação aos recursos naturais que define como “estratégicos” (água, minerais, ar, terra), buscando simplificar seu significado. Sendo assim, para o modelo extrativista, uma floresta é vista apenas como produtora de madeira e recursos energéticos, e uma montanha é considerada um conjunto de minerais e metais preciosos. Assim, perde-se a visão de integralidade que habita no interior dos ecossistemas. Por sua vez, os povos indígenas, de acordo com sua visão de mundo, consideram historicamente a natureza como um todo, onde há inter-relações de cosmovisão terrenas e sobrenaturais para com florestas, rios e a Mãe Terra como um todo, sendo esta a essência da própria vida. Portanto, não é coincidência que, no modelo extrativo predador, as resistências reajam e saiam em defesa da própria vida, sendo capazes de garantir a existência da grande riqueza natural que permanece na região.

Francisco Mateo, membro do Conselho dos Povos Maias da Guatemala



Miguel Angel Mijangos, membro dos Processos integrais para Autogestão dos Povos Integrantes do Movimento Mesoamericano contra o Modelo Extrativo de Mineração –M4, <http://movimientom4.org/>. Contato: info@movimientom4.org

(1) <http://movimientom4.org/2016/06/quien-gobierna-ahora-son-las-corporaciones-transnacionales-gustavo-castro/>



A defesa do território corpo-terra: uma alternativa para os movimentos sociais em resistência (1)

O município de Rancho Grande, no norte da Nicarágua, enfrenta a instalação de um projeto de mineração de ouro a céu aberto pela empresa canadense B2Gold. Com mais de 80% da população se posicionando de forma contrária, o *Movimento Guardiões de Yaoska*, formado por mulheres e homens das comunidades, liderou as ações de protesto e denúncia que paralisaram o projeto. A ameaça ainda está presente, uma vez que existem outras sete concessões à empresa no município.

A mineração a céu aberto, assim como outros megaprojetos de exploração da natureza (assim chamados em função de suas grandes dimensões), é uma estratégia do Governo da Nicarágua para reduzir a pobreza. No entanto, os impactos econômicos, sociais e ambientais sobre a população e os territórios onde se instalam são muito negativos. As mulheres são especialmente prejudicadas, com efeitos sobre suas atividades econômicas, sua saúde, sua participação na tomada de decisões e sobre as formas de violência de gênero que vivenciam.

A luta pela defesa da terra é inseparável da defesa dos corpos das mulheres, como primeiro território a libertar em um sistema que os explora. É necessário fazer uma defesa mais abrangente do direito de decidir sobre o território, o corpo e a vida. Somente unidas, as lutas têm chances de resistir e criar alternativas para transformar o sistema capitalista, patriarcal e colonial (2).

Defesa do território para a vida

O território não é apenas o espaço físico em que estamos, ou seja, florestas, montanhas e rios. Ele tem um significado mais profundo: é o lugar onde se dão as relações humanas,



a relação com o entorno (animais, plantas), as rochas minerais que o sustentam e o ar que o rodeia e possibilita todas essas formas de vida. Também é a história, a memória e a cultura, as raízes e a espiritualidade que formam a visão de mundo de cada povo. É no território que se constroem as identidades individuais e coletivas. Portanto, sua defesa é a defesa das formas de vida que o habitam.

Do ponto de vista da economia feminista (3), afirma-se que a vida é baseada em dois princípios: interdependência (necessidade de relações humanas) e ecodependência (a relação com o entorno em que se está localizado). A interdependência no território pode se expressar nas relações de solidariedade, respeito e reciprocidade, mas também através de relações de desigualdade e exploração entre homens e mulheres pelo patriarcado em que vivemos, gerando discriminação, opressão e violência.

A ecodependência é a relação com a natureza. Nesse sistema, as empresas exploram e saqueiam os recursos naturais para obter lucro, causando impactos graves sobre a vida das comunidades, que normalmente não são assumidos pelas empresas nem pelo Estado.

Como a vida pode continuar em um sistema que a ataca e que antepõe a acumulação de capital à vida das pessoas e da natureza (4)? Essa continuidade acontece graças ao trabalho de cuidados que as mulheres fazem nos lares (5). Os corpos das mulheres são os que lutam para garantir a sustentabilidade da vida, em qualquer circunstância e contra todos os obstáculos. Diante de uma ameaça como a instalação de um projeto de mineração, a defesa do território se transforma em uma luta para defender a vida.

Mas que vida queremos defender? Uma em que exista desigualdade, e nós, mulheres, não tenhamos as mesmas oportunidades que os homens? Onde nossos corpos e a nossa sexualidade sejam controlados? Ou onde os recursos naturais sejam degradados e saqueados para benefício dos interesses de um pequeno grupo contra a maioria da população?

Para defender uma boa vida, na qual possamos ser felizes, a luta tem de combater a injustiça do próprio sistema, a defesa conjunta da terra e do corpo. Caso contrário, a defesa territorial será parcial e contribuirá para manter as desigualdades.

O primeiro território a defender é o corpo das mulheres

As feministas comunitárias da Bolívia e da Guatemala identificam o patriarcado como o sistema de todas as opressões, explorações, violências e discriminações que a humanidade e a natureza vivenciam, construído historicamente sobre os corpos das mulheres (6). Ou seja, a dominação das mulheres é a mesma que explora a natureza; é uma relação de desigualdade que também se identifica com as opressões sobre determinados povos: racismo, sexismo, colonialismo... Dessa perspectiva, tanto os corpos das mulheres quanto a terra são concebidos como territórios sacrificáveis e a conquistar.

Os movimentos feministas contra os projetos extrativistas construíram um novo imaginário político e de luta, que se concentra no corpo das mulheres como primeiro território a defender (7). Assim, o corpo se torna a primeira fronteira, o lugar a partir do qual –inicialmente de forma individual e depois, coletiva – defende-se o mais sagrado, a



vida própria e a comunitária, os saberes, a identidade, a memória. Entretida com essa resistência está a defesa do território-terra, pois “não podemos falar de corpos felizes e emancipados enquanto a natureza estiver extremamente oprimida e explorada. A libertação dos corpos passa pela libertação da terra” (8).

A resistência comunitária contra a mineração em Rancho Grande

O Movimento Guardiões de Yaoska surgiu em 2003, como organização comunitária de homens e mulheres de 38 comunidades de Rancho Grande, preocupados com a ameaça de instalação da mineração em seu território. Eles questionam o suposto “desenvolvimento” prometido pela mineração, pois conheceram outros municípios mineiros na Nicarágua e viram como, em vez de reduzir os índices de pobreza, a desigualdade se tornou mais evidente.

A defesa do território nesse município não é apenas uma questão de respeito ao meio ambiente; ela tem a ver com a defesa de suas formas de vida, que tem profundas raízes na vida da terra e na vida da comunidade, na qual ainda existe o cuidado mútuo, e o valor do coletivo prevalece sobre o individual. No entanto, como parte de uma sociedade patriarcal, há também uma grande desigualdade entre mulheres e homens.

As mulheres de Rancho Grande são membros da base social dos Guardiões de Yaoska e líderes nos espaços de tomada de decisões, com capacidade para mobilizar outras. Na Nicarágua, estão surgindo, com força, várias expressões comunitárias de rejeição a grandes projetos extrativos, tais como mineração, o canal interoceânico, a energia hidrelétrica, a agricultura de monocultura, como cana-de-açúcar e outras. Muitos desses movimentos são liderados por mulheres, que estão adquirindo mais protagonismo e visibilidade, entendendo que elas são as mais afetadas.

Os impactos sobre as mulheres

Quando existe, a mineração se converte na principal atividade econômica, desvalorizando as práticas não comerciais e coletivas – usadas principalmente por mulheres – por terem menos presença na economia formal. As alterações produzidas nos ecossistemas e na água recaem sobre as mulheres, tradicionalmente responsáveis por garantir a alimentação e a saúde das famílias.

Por outro lado, os empregos que a mineração oferece às mulheres são de faxineiras, cozinheiras, lavadeiras, cuidadoras de viveiros, enquanto aos homens são propostos os trabalhos de mais prestígio e melhor remuneração. Isso incentiva a divisão sexual do trabalho (9) e aprofunda as relações de dominação de homens sobre mulheres.

Além disso, com a presença de muitos homens de fora na maioria dos territórios de mineração, há um aumento das denúncias de violência e abuso sexual por parte desses homens, que se sentem legitimados para invadir o território e os corpos das mulheres.

Os projetos extrativos são acompanhados por todos os tipos de violência. Em Rancho Grande, as autoridades tentaram impor a mineração contra a opinião da população. O exército e a polícia protegem o investimento estrangeiro e reprimem qualquer ação de protesto da população. Por se posicionar contra a mineração, várias mulheres e homens do Movimento Guardiões de Yaoska sofreram ameaças e agressões físicas e verbais por



parte de pessoal da empresa e funcionários do governo, com total impunidade. É uma subserviência do Estado diante dos interesses do capital (10), característico de atividades extrativas.

Uma alternativa: unindo as lutas

O sucesso do cancelamento do projeto de mineração em Rancho Grande se deve, em parte, à aliança com organizações sociais, incluindo as feministas. O Movimento entendeu que a defesa do território não pode estar repleta de relações de desigualdade, porque isso também enfraquece a comunidade e provoca ruptura. A rebeldia tem sua força na defesa de uma vida boa e feliz para todas e todos, com corpos livres, que vivam em harmonia com a natureza e entre si.

Na Nicarágua, segundo o Governo, o desenvolvimento e a redução da pobreza passam por projetos extrativistas, capitalistas, colonialistas, patriarcais e antropocêntricos (11), que prejudicam nossos corpos, ameaçam nossa liberdade, arruinam nossa terra e empobrecem a maioria da população em benefício de empresas estrangeiras. Isso representa um ataque direto à vida. Apenas unindo as lutas dos movimentos sociais em defesa do território-corpo às que defendem o território-terra é que ambas têm chances de resistir e avançar na construção de boas alternativas de vida que nos permitam desfrutar dela em justiça e igualdade.

Teresa Pérez González, teresajetlag@yahoo.es

Parte do movimento feminista nicaraguense

(1) O artigo original foi publicado pelo Grupo Venancia, em “Mujeres que sostienen la vida: Retos para los feminismos desde la realidad nicaragüense”. Disponível em:

<http://grupovenancia.org/mujeres-que-sostienen-la-vida-retos-para-los-feminismos-desde-la-realidad-nicaraguense/>

(2) Capitalista, porque se baseia na propriedade privada e no benefício econômico individual. Patriarcal, porque promove a superioridade do masculino sobre o feminino, criando desigualdade de poder e dominação de homens sobre mulheres. Colonial, porque alguns países se apropriam do território, das riquezas e de outros recursos por meio de relações de exploração, supondo que nem todas as vidas têm o mesmo valor.

(3) Amaia Pérez Orozco (2014). *Subversión feminista de la economía*, Ed. Traficantes de sueños-Mapas.

(4) É o que a economia feminista chama de conflito capital-vida.

(5) Atividades necessárias para atender às necessidades humanas: alimentação, saúde, educação, limpeza doméstica, afeto, carinho e muitas outras. Elas recaem de forma tradicional e injusta sobre as mulheres, o que se justifica em termos de capacidades, tradições ou em nome do amor.

(6) “Tejiendo historia para sanarnos desde nuestro territorio cuerpo-tierra”. Amismaxaj (2015).

(7) Miriam Gartor (2014). *El feminismo reactiva la lucha contra el extractivismo en AL*. http://www.lamarea.com/2014/02/17/ecuador-extractivismo-mujeresB226_BoletinCompleto_PO.doc

(8) Entrevista com Lorena Cabnal, Amismajax, Guatemala.

(9) Organização injusta dos trabalhos que atribui os menos valorizados às mulheres e os mais reconhecidos aos homens.



(10) Julieta Paredes, (2008). “Hilando fino desde el feminismo comunitario”. Ed. Lesbianas Independientes Feministas Socialistas.

(11) Diz-se antropocêntrico quando se põe o ser humano no centro, ignorando as outras formas de vida das quais dependemos para sobreviver.



Semuc Champey, Guatemala: onde o rio se esconde

Não são invasores; eles deram nome a este território

Foram as comunidades indígenas maias qeqchis que deram a este mágico lugar de floresta o nome de “Semuc Champey”, que se traduz como “o rio que se esconde na montanha”. Esse também é o nome registrado pelo Conselho Nacional de Áreas Protegidas (Conap), sem consulta às comunidades que habitaram e cuidaram da terra, muito antes do nascimento do conceito de áreas protegidas, e antes de ser declarada, em 2005, na categoria de Monumento Natural.

A categoria de manejo como Monumento Natural homenageia a beleza paisagística do lugar. Contudo, infelizmente, desde a sua criação, as comunidades indígenas foram excluídas desse modelo de conservação. Isso ficou claro em agosto de 2016, quando elas sofreram uma expulsão brutal por parte das autoridades governamentais, o que se soma a uma série de violações históricas de seus direitos e à tomada de suas terras por fazendeiros e autoridades governamentais.

Hoje, as comunidades que vivem na área de Semuc Champey são injustamente identificadas como invasoras pelo Conap, quando estão há centenas de anos na área, e só o que exigem é administrar seu território. Em vez de ser protagonistas do manejo, são tratadas como espectadoras do processo, recebendo alguns benefícios, enquanto veem que o “desenvolvimento” da área gera renda para hotéis, estrangeiros, agências de viagens e o próprio Conap. Isso faz com que, depois de onze anos, suas condições de vida não tenham melhorado, apesar de viverem em um belo território.

A atitude do Conap é, no mínimo, questionável. Com mais de 27 anos de existência, esse caso mostra que a instituição evoluiu pouco com relação à visão e ao manejo das áreas protegidas no país. Para cumprir suas metas de “proteção da biodiversidade”, o Conap deve priorizar a participação local e comunitária das populações que vivem



próximo ou dentro de áreas protegidas, e não vê-las e qualificá-las como inimigas da conservação.

Antecedentes históricos da Aldeia qeqchi de Lanquín Semuc Champey

Durante séculos, estas terras pertenceram aos avós qeqchi. Anos mais tarde, um fazendeiro alemão chegou para ocupá-las, e as abandonaria durante o governo de Jorge Ubico, na década de 40. A fazenda como um todo se chamava Actelá. Durante a permanência do fazendeiro nestas terras, nossos avós e pais foram usados como criados, trabalhando muitos dias sem salário para que suas casas não fossem removidas da fazenda.

Depois que o fazendeiro foi embora, os originários se organizaram para administrar a terra. Anos mais tarde, algumas cooperativas registraram a terra em seu nome, e uma delas é a Actelá.

Nesse meio-tempo, os membros da comunidade cuidaram do lugar, semearam belas árvores e cuidaram dos animais que habitavam o que hoje é conhecido como Semuc Champey.

Em torno de 2000, um prefeito municipal se interessou em apoiar a comunidade na compra das terras da Cooperativa Actelá. Os membros da comunidade aprovaram a ideia e a compra foi feita, a um custo de Q 375 000 (cerca de 50.000 dólares), ficando em nome de “Chicanus e Santa María”. De comum acordo, a área de Semuc Champey foi melhorada.

Por confiar no prefeito, os anciãos decidiram, nessa época, que os 90 hectares de terra onde estava a parte mais bonita do lugar (Semuc Champey) seriam administrados pelo município, em conjunto com as comunidades. Nessas condições, transferiu-se a administração da área de terra ao município, mas ninguém contava com que, passados alguns anos, a terra lhes seria tirada por completo.

Nessa mesma época, sem consulta às comunidades nem ao prefeito, um deputado apresentou o projeto de lei 25/2005, para declarar Semuc Champey como área protegida. Isso já viola a Constituição da República, na qual se garante o direito dos povos indígenas a seus territórios, e as convenções internacionais – considerando que, naquela época, já estava em vigor a Convenção 169 da OIT, que estabelece o direito a uma consulta livre, prévia e informada. Tampouco importou o código municipal, nem que se violasse a autonomia municipal – o prefeito nem ficou sabendo!

Oito dias antes de se aprovar esse acordo, o prefeito foi notificado de sua votação pelo Congresso. Dois dias antes, ele apresentou um recurso, que não foi aceito, e o Decreto 25/2005 ganhou vida.

Em 2005, a zona foi declarada área protegida, sob a categoria de Monumento Natural. A lei designa o Conap como administrador e, automaticamente, o município e as comunidades ficam excluídas do cuidado do território. Daí surge a reivindicação das comunidades por seu direito à governança dessas terras, já que parte de seus territórios foi tomada sem aviso prévio. Em seguida, o Conap negocia com as comunidades qeqchis para que lhe dessem o manejo, em troca de projetos de desenvolvimento.



Chega-se a um acordo, no qual 60% das receitas do parque iriam para o Conap, 10% para o município e 30% para a comunidade, além de haver trabalho para as famílias.

Com o passar dos anos, não se cumpre o acordo estabelecido. Em julho de 2015, chegam autoridades do Registro de Informação Cadastral (RIC) querendo medir a terra em conjunto com o Conap, com a intenção de ampliar a área do Parque Semuc Champey. Essa ampliação (119 hectares) viola o território onde as comunidades vivem.

Naquele dia, pedimos que o Conap e o RIC se retirassem, e que assinassem um documento dizendo que não concordávamos com a medição das nossas terras e com decisões tomadas sobre nosso território, e exigimos que se retirassem.

A partir daquele momento, as comunidades tomam de volta o manejo e a administração do Parque Semuc, devido ao descumprimento dos compromissos do Conap e ao desrespeito do Município para com a comunidade, por não querer envolvê-las em uma mesa de diálogo.

Uma autoridade qeqchi disse: *“na’ qaj naq te’ suqesi chaq li q’a ch’och”* (Assim como o Conap nos tirou nossas terras, o município as tomou sem diálogo; queremos nossas terras de volta).

“Li qa maak sa’ ru eb’ ahan ix b’anaq in k’a ix q’a kanab’eb’ ix b’isb’al li ch’och’ ut naq in k’a ix q’a kanab’ naq te oq’ sa chijunil li q’a na’jej” (Nosso pecado, diante do Conap e do Município, foi não deixarmos que nos tirassem os 119 hectares a mais de ampliação, e que a terra fosse dividida).

Administração do parque nas mãos das comunidades

Durante a administração comunitária, as quatro comunidades qeqchi que habitam a área se organizaram. Semanalmente, 52 pessoas, incluindo mulheres, anciãos e jovens, frequentavam o Parque Semuc Champey. Todas as famílias tinham trabalho, as ervas daninhas eram cortadas, recolhia-se o lixo e foi organizado um grupo de salva-vidas comunitários para ajudar os visitantes. Claro, algumas pessoas tinham trabalho garantido com o Conap, para prejudicar a nossa imagem e o trabalho que estávamos fazendo.

“Ixq’a kut’ ix xutan laj CONAP, ix q’a kut’ naq lao laj ral ch’och na ko trabajik chi chab’il chiru heb’ a an” (52 pessoas trabalham a cada semana, e deixamos o Conap com vergonha, mostrando que os filhos desta terra fazem um manejo melhor do lugar).

As verbas que entraram foram usadas para pagar a jornada de cada trabalhador, a estrada foi limpa e os buracos, cobertos.

“Se fizermos as contas, temos nossos papéis que nos respaldam, foi mais fácil para o Conap e as autoridades nos tirar à mão armada, porque eles não querem o diálogo, eles sabem que, se entrarmos com um processo na justiça, vamos ganhar e eles vão perder. Para nós, vale o povo originário, a autoridade indígena, o sistema jurídico indígena e próprio da comunidade qeqchi”, disse um líder comunitário qeqchi.



Em 4 de março de 2016, sete autoridades indígenas foram capturadas sob a acusação de usurpação, coerção e furto qualificado. A comunidade demonstrou que não havia provas desses delitos e eles foram liberados pouco depois.

Despejo

No início da manhã de 4 de julho de 2016, 60 patrulhas da Polícia Nacional (PNC) e da polícia de choque se apresentaram para expulsar a comunidade de Semuc Champey. As comunidades resistiram e solicitaram às autoridades que se retirassem, mas dois jovens ficaram feridos durante a resistência. As mulheres, que estavam na linha de frente, se agitaram e desmaiaram de medo na hora de fugir, quando a polícia jogou gás lacrimogêneo e disparou para o ar.

Nesse dia, o propósito deles não foi alcançado. Eles voltaram inesperadamente no dia seguinte, às 6 da manhã, “125 policiais do choque e mais de 300 elementos da PNC despejaram as comunidades Santa María Semuc Champey, Chi Q’anus, Semil e Chisub’e, em Semuc Champey, Lanquin Alta Verapaz. Assim que chegaram, começaram a atirar, das 6 às 8 da manhã, como se estivéssemos em guerra outra vez, os animais gritavam assustados, as pessoas corriam para todos os lugares e a maioria da comunidade de Santa María Semuc Champey se refugiou nas florestas para se proteger. Eles falam de não poluir o meio ambiente, dizem que protegem a vida dos seres vivos. Por que tanta poluição com a arma de fogo, por que ameaçam nossas vidas? Não se sabe se houve animais que tenham sido atingidos pelas armas de fogo.

Agora estão chegando às casas das comunidades para reprimi-las com força excessiva e invadir suas terras, exercendo a violência contra as famílias qeqchis. As famílias não estão armadas e temem por suas vidas.

Também há relatos de uma campanha de mídia contra as comunidades, que diz que elas estão incitando a violência, quando foi a polícia que usou força excessiva e armas letais contra moradores desarmados. As comunidades sempre favoreceram o diálogo, mas o pessoal local do Conap não as levou a sério, e hoje a polícia as provoca com a violência do Estado. As comunidades deixam claro que não são invasoras e estão dentro de sua propriedade.

As comunidades locais e originárias e os povos indígenas demonstraram que são guardiães fiéis do território e da natureza, desde as florestas de Totonicapán, das florestas de Palin, até os manguezais da Costa Sul, para mencionar apenas alguns exemplos. Sem o trabalho e a contribuição da comunidade local, o Conap não poderia garantir a conservação e a proteção do Sistema Guatemalteco de Áreas Protegidas. Com essas ações contra as comunidades qeqchis em Semuc Champey, o Conap deixa claro um retrocesso na gestão coletiva de áreas protegidas e viola o direito dos povos indígenas a seus territórios.

Enquanto as comunidades lutam pelos territórios do parque, as instituições governamentais aprovam estudos para a exploração do rio Cahabón, com o objetivo de favorecer interesses privados.

Dina Juc, Associação Utzche
Carlos Salvatierra, salvatierraleal@gmail.com



Membro da SAVIA Guatemala e da COGMANGLAR (Coordenadora Guatemalteca para a Defesa dos Mangues e da Vida)



ARMADILHAS E ENGANOS QUE PROMOVEM A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

REDD+ na América Central: é melhor pedir desculpas do que pedir licença

Este texto pretende ser um esforço inicial para entender a dinâmica de elaboração e implementação do REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), explorando padrões ou semelhanças em cada um dos países da América Central, bem como o papel de várias agências de cooperação e organizações não governamentais internacionais. O REDD+ é promovido na região principalmente por instituições multilaterais, como o Banco Mundial, agências de cooperação de países do Norte e ONGs internacionais, como mecanismo crucial na luta contra o desmatamento e a mudança climática. No entanto, a implementação revela uma realidade diferente.

A **Guatemala** se destaca entre os processos nacionais de implementação do REDD+ realizados pelos governos da América Central em aliança com entidades de cooperação. Nesse país, vêm sendo executado o maior e mais caro processo de toda a América Central. A história do REDD+ na Guatemala começa em 2009, quando o fundo do Banco Mundial destinado a promover esse mecanismo – o Fundo Cooperativo para o Carbono Florestal (FCPF, na sigla em inglês) (1) – doa 200.000 dólares para desenvolver a Preparação da Proposta Nacional de REDD+ (R-PP, na sigla em inglês). O documento foi aprovado em 2011 e o FCPF desembolsou imediatamente outra doação de 3,6 milhões de dólares para o governo da Guatemala. Somada à anterior, deve-se ressaltar que a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) doaram 5 e 44 milhões de dólares, respectivamente. Em abril de 2014, o Governo da Guatemala recebeu ainda mais dinheiro ao assinar o acordo de cooperação técnica com o Banco



Interamericano de Desenvolvimento (BID), entidade que opera como sócia implementadora do FCPF. O país recebeu 250 milhões do BID.

A Guatemala se comprometeu a reduzir 12 milhões de toneladas de CO₂ (dióxido de carbono), das quais o projeto Guate-Carbón pretende “absorver” mais da metade. Cada tonelada de carbono “absorvida” pode ser vendida a empresas ou países que estejam poluindo em outros lugares. Esse projeto engloba a maior área florestal contínua da região da Reserva da Biosfera Maia, no departamento de Petén. No entanto, nesse departamento, ao lado de projetos de REDD+, as monoculturas industriais de dendê continuam a se expandir (2). É importante ressaltar que a Guatemala é um dos primeiros territórios do laboratório experimental de projetos de compensação de serviços ambientais. Em 1988, a empresa de energia norte-americana Applied Energy Services (AES) assinou um acordo com a ONG CARE para investir em projetos de conservação de florestas no altiplano, que “compensariam” as emissões da construção de uma usina para a geração de 183 megawatts de energia à base de carvão mineral nos Estados Unidos (3).

Outro grande empreendimento desse tipo na Guatemala é o projeto de REDD+ “Florestas para a Vida”, na Serra do Lacandón, com 202.865 hectares e financiado pela União Europeia e pelo governo alemão, através da Iniciativa Internacional para o Clima. Seus promotores pretendem colocar o projeto no mercado voluntário de carbono ou em outros esquemas de compensação de emissões.

Ao mesmo tempo em que acontece esse impressionante investimento em REDD+, surgem denúncias sobre as influências da família Archila no Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais da Guatemala, com relação a demissões de metade do pessoal do Conselho Nacional de Áreas Protegidas (CONAP). A família Archila tem grandes investimentos na indústria extrativa da Guatemala (4), o que indica os verdadeiros interesses por trás das decisões organizativas e das políticas de conservação, para que não afetem de forma alguma os megaprojetos de espoliação.

Por outro lado, talvez **Honduras** seja um dos países onde a implementação do REDD+ tem sido mais lenta de acordo com dados oficiais, mas, mesmo assim, o governo de Porfirio Lobo (herdeiro do golpe de Estado de 2009) declarou publicamente seu apoio à implementação, apesar da oposição de organizações comunitárias que denunciam a falta de espaços para consulta livre, prévia e informada sobre o processo. Isso não é novidade, pois, em 2003-2004, o governo hondurenho aprovou a Lei de Propriedade com o apoio do Banco Mundial. A Organização Fraternal Negra Hondurenha (OFRANEH) denunciou a lei como sendo lesiva para os territórios e povos indígenas, por violar o direito à consulta estipulado na Convenção 169 da OIT. Essa lei abriu caminho para a implementação do REDD+, uma vez que contraria o caráter coletivo da propriedade, promovendo a dissolução do regime comunitário de posse da terra.

De acordo com dados da Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas, foram titulados 760.000 hectares no território da Mosquitia hondurenha (5) – terras que eram de domínio comunitário e que, agora, as comunidades são forçadas a titular como cooperativas ou associações privadas para ter acesso aos fundos do REDD+. Isso significa um processo acelerado de privatização da terra impulsionado pelo incentivo perverso aos mecanismos de compensação.



No caso da **Nicarágua**, há uma ênfase na maior região florestal do país, situada nas Regiões Autônomas da Costa do Caribe Norte e Sul (RACCNS) onde estão localizados mais de 67% das florestas do país e onde vivem populações miskitas, mayangnas ulwas, ramas, garifunas e creoles. No total, as populações totalizam mais de 600 mil habitantes em toda a RACCNS, perfazendo 27% do território nicaraguense. O FCPF do Banco Mundial já investiu um total de 3,6 milhões de dólares para ser usado na construção de cenários nacionais sobre os níveis de emissão e referência (quantificação de emissões), no projeto de um sistema de monitoramento florestal, na implementação de um sistema de monitoramento, relatórios e verificação das emissões de CO₂, bem como na continuação dos processos de consulta e na avaliação ambiental e social estratégica (6). Apesar disso, não se constata nenhum processo amplo de informação ou consulta às populações das florestas nas RACCNS.

A implementação do REDD+ na **Costa Rica** tem sido liderada pela Fonafifo (entidade responsável pela administração do sistema de Pagamento por Serviços Ambientais), e financiada pela cooperação alemã (GIZ), o programa de REDD das Nações Unidas (ONU-REDD), o fundo norueguês de cooperação (NORAD) e, principalmente, o FCPF do Banco Mundial. Somado a isso, há um plano nacional para consulta indígena pelo qual a Costa Rica recebeu 1,1 milhão de dólares. No total, os fundos destinados à estratégia de REDD+ no país são calculados em 12,5 milhões de dólares.

Entretanto, a implementação na Costa Rica tem sido particularmente polêmica em função de violações dos direitos dos povos indígenas ao não se cumprir o processo de consulta livre, prévia e informada previsto pela Convenção 169 da OIT. Em diversas ocasiões, as organizações indígenas reiteraram a necessidade de um diálogo real para a implementação do REDD+ em seus territórios. Em outubro de 2015, cerca de 400 indígenas se manifestaram na Casa Presidencial para anunciar sua rejeição ao REDD+. Infelizmente, suas reivindicações por uma consulta transparente não foram recebidas. Em fevereiro de 2016, o governo deu por encerrada a etapa de pré-consulta aos povos indígenas, alegando que 95% do plano de consulta haviam sido implementados. Em resposta a isso, em 1º de julho, cerca de 400 pessoas compareceram à Associação para o Desenvolvimento do Território Indígena Bribri (ADITIBRI) em Suretka, para a entrega pública da Declaração do Território Bribri de Talamanca Livre de REDD+ (7).

Em **El Salvador**, a proposta estratégica nacional para o REDD+ diz priorizar o Aumento das Reservas Florestais de Carbono, principalmente ao transformar as práticas agrícolas de subsistência. Além disso, incentiva a redução das emissões dos ecossistemas florestais existentes no país (manguezais, outras florestas naturais e sistemas agroflorestais, como cafezais à sombra) por meio de projetos de REDD+.

O país recebe financiamento do FCPF, e o Banco Mundial funciona como agente fiduciário. O Comitê de Mudanças Climáticas do Sistema Nacional de Gestão Ambiental (Sinama), criado em 2012, atua como o órgão de gestão da estratégia de REDD+. Naquele mesmo ano, formulou-se o documento que contém a Preparação da Proposta Nacional de REDD+ (R-PP) de El Salvador.

Mas as dúvidas e o descontentamento surgiram pouco tempo depois. Em maio de 2012, uma carta dirigida a Benoît Bosquet, Coordenador do FCPF do Banco Mundial, e assinada por 23 organizações e comunidades indígenas do Conselho Coordenador Nacional Indígena Salvadorenho, exigia a rejeição da R-PP enviada pelo Ministério do



Meio Ambiente e Recursos Naturais para iniciar os projetos de REDD+. Essa carta diz que a rejeição se deve ao fato de que “seu formato não considera nem incorpora as preocupações e as necessidades dos povos indígenas de El Salvador sobre o impacto e a adaptação às mudanças climáticas, e que o processo para a sua preparação careceu de consulta prévia, livre e informada a esses povos, conforme o direito indígena internacional”. (8)

Por fim, a situação da violação dos direitos dos povos indígenas no **Panamá** não é muito diferente do resto da região. No que diz respeito à implementação do REDD+, há graves denúncias sobre o direito de acesso à informação. Em 2008, têm início supostas oficinas de consulta promovidas pelo Conselho Nacional de Povos Indígenas no Panamá (COONAPIP), que promove a estratégia de abordagem ao tema do REDD+, recebendo sérias críticas desde o início.

Em 2010, o UN-REDD desembolsou 5,3 milhões de dólares para a criação da Estratégia Nacional sob a tutela da Comissão Centro-Americana de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CCAD) e com o apoio da Agência de Cooperação Alemã (GTZ) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 2013, o Congresso Nacional Kuna (órgão máximo dos povos indígenas de Kuna-Yala) rejeitou o processo de implementação do REDD+ no Panamá por considerá-lo uma violação da Convenção 169 da OIT, por causa da falta de informação e transparência com que o processo foi levado a cabo. (9) Naquele ano, a Coordenadora Nacional dos Povos Indígenas do Panamá (COONAPIP) também se retirou das negociações sobre o REDD+, porque foi negado o consentimento livre, prévio e informado ao projeto, e apresentou uma denúncia à ONU. Posteriormente, a COONAPIP aceitou retomar o diálogo. (10)

REDD+: mais violência contra florestas, territórios e comunidades

Depois de analisar alguns dos dados sobre as experiências de REDD de cada país, encontramos algumas semelhanças nos processos:

- 44% das florestas da América Central estão dentro de áreas habitadas e usadas pelos povos indígenas (11). Daí o grande interesse em executar os projetos de REDD+ em cada país nesses territórios;
- Até hoje, nenhum país concluiu um processo de consulta amplo e transparente com as comunidades. Não foram implementados processos adequados de informação e consulta aos povos indígenas da região sobre a implementação do REDD. Em maior ou menor medida, são evidentes os conflitos e as denúncias sobre a falta de diálogo e representação, e sobre a corrupção, entre outros, durante a elaboração e a implementação de projetos de REDD+;
- As abordagens e as fontes de financiamento são semelhantes. O Fundo Cooperativo para o Carbono Florestal (FCPF) do Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM), as ONGs Rainforest Alliance, The Nature Conservancy (TNC), World Wildlife Fund (WWF), fundos de cooperação de países do norte, como o da Alemanha (GIZ), são alguns dos nomes que coincidem em nível regional quando se fala desse tema. Note-se que algumas dessas agências de cooperação internacionais, alguns desses bancos



regionais, ONGs e empresas certificadoras estão ligados a projetos denunciados por violar o direito de consulta previsto na Convenção 169 da OIT e pressionar em favor de alguns processos pouco legítimos ou desconhecidos de coletivos comunitários e organizações locais onde instalam seus projetos;

- As propostas de REDD+ aprofundam a privatização de florestas e territórios, já que estipulam que as florestas têm valor apenas por sua capacidade de absorver carbono, que pode ser apropriado por agentes privados ou externos à floresta. O REDD+ significa que as florestas sejam geridas e inalteradas a partir de uma visão conservacionista. Consequentemente, as comunidades que dependem da floresta não podem lançar mão dos elementos dela para seus usos tradicionais e perdem o controle de seus territórios;
- Por fim, esse mecanismo não ataca as principais causas da crise climática: a queima de combustíveis fósseis, o modelo de produção e consumo, que nos países da América Central se traduz em grandes monoculturas (dendê, cana-de-açúcar, abacaxi), entre outros megaprojetos extrativistas que estão causando graves problemas na região.

Na verdade, os problemas diretos que resultam de não se atacar o modelo de produção extrativista como uma das principais causas das mudanças climáticas têm permitido que a indústria extrativa de mineração, florestal, de petróleo, energia e agronegócio dê continuidade a uma expansão com custos violentos e dolorosos na região da América Central. Nossos países constituem uma das zonas mais perigosas para a população que defende seus territórios. De acordo com a ONG Global Witness, a cada 48 horas, é assassinado um ativista que luta contra o extrativismo na região. Em 2015, 12 pessoas foram assassinadas na Nicarágua, dez na Guatemala e oito em Honduras. O REDD+ aumenta a violência contra a posse coletiva da terra e as florestas das comunidades da América Central, e contra o direito dos povos à consulta e à autodeterminação.

Por trás dessas formas de expansão, as comunidades em todos os países se organizam e resistem à privatização da terra e à regulamentação de suas práticas, e põem suas formas de cuidado e seus corpos na proteção de florestas e comunidades.

Henry Picado, Red de Coordinación en Biodiversidad, agrobici@gmail.com

Zuiri Méndez, Kioscos Ambientales, zuirizuiri@gmail.com

Mariana Porras, Coecoceiba Amigos de La Tierra, mariana@coecoceiba.org

(1) O **FCPF** é um fundo climático criado com doações de 15 países e administrado pelo Banco Mundial, que financia a preparação e o pagamento por desempenho do mecanismo de REDD+. Em países com florestas tropicais e subtropicais, o FCPF promove o desenvolvimento de sistemas e políticas que levam ao REDD+ (como a abertura dos marcos jurídicos florestais e da posse da terra aos mercados de carbono e outros mercados afins) e lhes fornece pagamentos baseados no desempenho pela compensação de emissões. O FCPF entrou em fase operacional em 2008 e complementa as negociações de REDD+ no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), na tentativa de demonstrar como o sistema pode ser aplicado em nível de país.

(2) O programa de REDD+ na Guatemala gera opiniões e resultados diversos, Mongabay, março de 2016, <https://es.mongabay.com/2016/03/el-programa-redd-en-guatemala-genera-diversidad-de-opiniones-y-resultados/>

(3) Ídem.



- (4) Centro de Medios Independientes. (2016). *La familia Archila detrás de los despidos de Conap* <https://cmiguate.org/la-familia-archila-detras-de-los-despidos-de-conap/>
- (5) PRISMA (2014). *Mesoamérica a la delantera de los derechos comunitarios: Lecciones para hacer que REDD+ funcione*. http://alianzamesoamericana.org/wp-content/uploads/2014/03/mesoamerica_a_la_delantera_en_derechos_forestales_comunitarios.pdf
- (6) PRISMA (2015) *REDD+ Jurisdiccional en Centroamérica: Oportunidades e implicaciones para pueblos indígenas y comunidades forestales*, http://www.prisma.org.sv/uploads/media/REDD_jurisdiccional_CA_.pdf
- (7) Bribris: um povo nunca conquistado que enfrenta o REDD, Boletim do WRM de fevereiro de 2016, <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/bribris-um-povo-nunca-conquistado-que-enfrenta-o-redd/> ;
Bosques para las comunidades no para el mercado. Miradas críticas sobre REDD, <http://wrm.org.uy/es/otra-informacion-relevante/video-bosques-para-las-comunidades-no-para-el-mercado-miradas-criticas-sobre-redd/>
- (8) *Civil society in El Salvador demands more than REDD+ from climate change negotiations*. <http://www.redd-monitor.org/2013/10/15/civil-society-in-el-salvador-demands-more-than-redd-from-climate-change-negotiations/>
- (9) *Panamá: ONU REDD viola principios de la propia Declaración sobre Derechos de los PP.II*. <https://www.servindi.org/actualidad/88872>
- (10) *Panama's efforts to gain funding for standing forests roiled by indigenous opposition* <https://news.mongabay.com/2014/09/redd-versus-indigenous-people-why-a-tribe-in-panama-rejected-pay-for-their-carbon-rich-forests/>
- (11) *Nuevo mapa muestra cómo los pueblos indígenas de Centroamérica ocupan y resguardan gran cantidad de bosques, ríos y aguas costeras*. <https://www.iucn.org/es/content/nuevo-mapa-muestra-c%C3%B3mo-los-pueblos-ind%C3%ADgenas-de-centroam%C3%A9rica-ocupan-y-resguardan-gran>



ALERTAS DE AÇÃO

Tentativas de assassinato contra o Coordenador Geral e um líder comunitário de COPINH



O Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) denuncia para a opinião pública nacional e internacional as tentativas de assassinato contra Tomas Gomez Membreño, Coordenador Geral do COPINH e Alexandre Garcia Sorto, líder comunitário de Llano Grande, Colomoncagua. "7 meses após o assassinato de nossa colega Berta Cáceres, continuam os atentados contra a vida daqueles que se opõem à construção de projectos de morte como a barragem Agua Zarca / DESA no rio Gualcarque e a barragem da empresa HIDROSIERRA no rio Negro, município de Colomoncagua. Leia a

declaração completa (em espanhol) aqui:

<https://copinh.org/article/alerta-intentos-de-asesinato-contra-el-coordinador/>

Panamá: a luta histórica contra a represa de Barro Blanco



Dez anos depois do início da construção da hidrelétrica de Barro Blanco, no oeste do Panamá, membros da comarca indígena de NgäbeBuglé continuam expressando sua rejeição ao projeto. Enquanto o governo panamenho garante que ele trará desenvolvimento à comunidade, os membros da comarca sustentam que essa hidrelétrica causa poluição ambiental. Leia uma nota sobre essa nova rejeição, em espanhol:

<https://www.servindi.org/actualidad-noticias/29/09/2016/panama-el-conflicto-historico-de-barro-blanco>

Sustente o jornalismo independente! A Economia Verde e seus impactos sobre povos e territórios



Nas últimas décadas, muitas pessoas foram deslocadas de seus territórios ancestrais para abrir caminho aos megaprojetos da chamada “economia verde” ou em nome da “conservação da natureza”. Na América Latina, aumentou o índice de assassinatos de ativistas ambientais, na maioria indígenas, que lutaram para interromper megaprojetos que destruiriam suas comunidades e seus territórios. Um projeto para criar uma plataforma de denúncia sobre as relações entre Economia Verde e as violações dos direitos dos povos pede apoio para pesquisar e documentar casos na



América Central e no México. Você pode ver a solicitação completa e alguns vídeos em espanhol, inglês e português em <https://www.indiegogo.com/projects/green-economy-social-and-environmental-conflicts-environment#/>

Uruguai livre de megamineração!



Em dezembro de 2013, foi fundado o movimento Uruguai Livre de Megamineração, para mobilizar a cidadania sobre a proposta de começar a mineração a céu aberto no país. Ao longo dos anos, muitas ações foram feitas em defesa da terra e dos recursos naturais. Se não tivesse se desenvolvido uma forte oposição ao projeto de mineração da empresa Zamin Ferrous, certamente o Uruguai estaria sofrendo consequências semelhantes às que ocorreram em povoados próximos ao projeto de mineração da mesma empresa no Brasil: instalações abandonadas, danos ambientais e sociais irreparáveis, litígios judiciais, dívidas incobráveis e dezenas de trabalhadores e fornecedores arruinados. Embora a ameaça esteja latente, esta é uma vitória para o movimento contra a mineração no Uruguai. Leia a declaração completa em espanhol: <http://www.guayubira.org.uy/2016/08/uruguay-libre-de-megamineria/>



RECOMENDADOS

Não ao REDD+ em El Salvador!



A Mesa sobre Mudança Climática de El Salvador enviou notas sobre o tema ao Secretariado da iniciativa chamada *Bonn Challenge*, ao Secretariado da ONU-REDD e ao Fundo Cooperativo de Carbono Florestal do Banco Mundial (FCPF), anexando o “Pronunciamento da Mesa de Mudanças Climáticas de El Salvador para a implementação do REDD+ em El Salvador” e expressando profunda preocupação e rejeição à implementação do REDD+ no país. O Pronunciamento chama o Governo de El Salvador, os ministérios envolvidos e os governos locais a

abandonar a implementação do REDD+ no país, em todas as suas variantes, bem como enfoques, políticas e programas em que ele se enquadra.

http://wrm.org.uy/es/files/2016/10/Rec_El-Salvador_REDD_EN.pdf

As plantações de dendezeiros prejudicam gravemente comunidades e territórios na América Central



A alta demanda por óleo de dendê está levando ao aumento das plantações de dendê em todo o mundo, principalmente na América Central. Essas plantações, por sua vez, estão estimulando a destruição ambiental, a exploração da mão de obra agrícola e o deslocamento de pequenos agricultores locais por empresas muitas vezes financiadas por bancos de desenvolvimento. O canal de TV TeleSur produziu um curta-metragem acerca dos impactos das plantações de dendê sobre pequenos agricultores e povos indígenas, durante uma reunião em Washington, destinada a denunciar as

violações dos direitos humanos na América Central. Você pode assistir ao vídeo (em inglês) aqui:

<https://grassrootsonline.org/blog/newsblogpalm-oil-plantations-displace-communities-central-america-video-tells-story/>

Veja outro vídeo narrado por Saul Paau, líder da comunidade maia qeqchi, que descreve a devastação ambiental e social causada pela **indústria do dendê na Guatemala**, principalmente o ecocídio de 2015 no rio Pasión e a contínua tomada de terras por parte da empresa REPSA. A narração é em espanhol, com legendas em inglês:

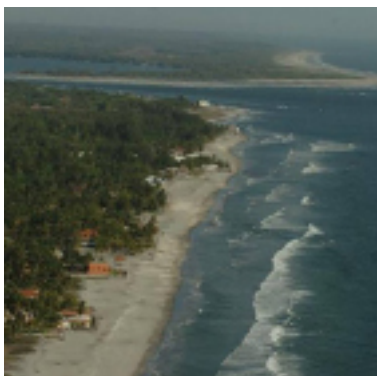
<https://www.youtube.com/watch?v=-XKXvHrL-GY&app=desktop>

Você também pode assistir a um vídeo em espanhol sobre a história e os impactos das **plantações de dendezeiros em Honduras**, produzido pela Organização Fraternal Negra Hondurenha (OFRANEH, na sigla em espanhol) em:

<https://www.youtube.com/watch?v=3LSUABBeR6Q&feature=youtu.be>



El Salvador abre a porta para as transnacionais



Em setembro de 2015, em El Salvador, entrou em vigor a segunda fase do Fundo do Milênio (Fomilenio II), um projeto financiado pelo governo dos Estados Unidos que terá impacto sobre toda a faixa costeira do país. As comunidades da região lançaram um grito de alerta. O programa prevê altos investimentos na construção de complexos hoteleiros, de lazer e residenciais ao longo de toda a costa. Portanto, há uma perspectiva de destruição de manguezais, expropriação e tomada de terras, e deslocamento de famílias que vivem em torno de praias e estuários. Um artigo publicado no “Rebelión” também nos alerta para o fato de que não podemos falar sobre Fomilenio independentemente da sua profunda ligação com o Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (CAFTA-DR), contra o qual se articulou uma forte resistência em nível regional. Leia o artigo em espanhol em:

<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=212159>

[Assine o Boletim do WRM](#)

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>